

19/10/90

ACTA NÚMERO NOVA

No dezesseis dias de Outubro de mil novecentos e noventa e sete às vinte e uma horas e vinte minutos, nos Paços do Concelho de Alentejo do Alentejo, deu-se início a seguinte sessão extraordinária da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

Primeira - Apresentação e votação de proposta da Câmara sobre o Projecto do pedimento do Alentejo.

Segunda - Apresentação e votação de proposta da Câmara de levantamento de uma Pinha descoberta;

Tercera - Discussão e votação de uma alteração ao Regulamento de Attribuição de Prémios de Trabalho.

Foi feita a chamada constituinte a falta dos deputados municipais José Felizardo e Doutor Valério e José Luís.

Após leitura da correspondência pelo Presidente da Mesa, fez-se leitura da acta da sessão anterior que, lida, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

No período de antes da Ordem do dia pediu a palavra o deputado José Afonso aproveitando a presença do Senhor Presidente da Câmara, para fazer uma pergunta ao mesmo, seguida da leitura do problema no estabelecimento de águas de Alentejo.

Pede a palavra o deputado José Afonso para, também ele, fazer uma série de perguntas. Começou por fazer perguntas como a desenvolverem se desenvolvem os trabalhos do Plano Director Municipal e se o mesmo já está a concurso ou não. No âmbito da saúde no Concelho fez perguntas, conforme lhe coube o intermunicípio no Hospital, sempre ou não de vez. Quis ainda confirmar se a Câmara negocia a Escola C.T.S. e Realização de obras consideradas urgentes no município e, por outro lado, dispunha um contrato para a Escola Profissional que, de acordo com o que diz o Senhor Presidente, é financiada a escola por cento pelo D.F.D. e outros por cento pelo G.P.A.L. Perguntou ainda sobre a E.P.A., qual era a situação, sabendo que existiam dois projectos. Pelo situação em curso que tinham solicitado habilitação;

19/10/50

e ainda em relação ao Petróleo aprovado nesta Assembleia, de reconstrução e construção de habitações, e foi este elaborado o Regulamento das mesmas.

Responde o Presidente ás seguintes perguntas da seguinte forma: O abastecimento de água tem sido deficiente porque a conduta principal, envolvida, rebenta; O P.D.M. basicamente não é concreto; Não tem conhecimentos sobre a construção do intermunicípio; Não é exacto o que o Senhor Representado disse sobre as obras na Escola, pois as obras solicitadas, quando de pequena monta tem sido sempre realizadas pela Câmara e ainda agora a abertura de um portão entre a Escola e o ex-Tabernáculo foi realizado. O que foi realizado pela Câmara e não pode ser feito pela Câmara, já que esta compete ao Governo é toda uma referência geral do tipo aliado; As despesas efectuadas para a construção de uma casa de Escola Profissional Agrícola são reembolsadas. As dificuldades na aquisição de terreno para a Escola; Os custos estão a ser reembolsados, está previsto um terreno; No fim do ano pode ser feita uma avaliação do edifício para a atribuição dos prémios.

O deputado Borges pediu a saber se já sabia que no edifício de Escola as obras eram consideradas inadiáveis, tendo a Câmara argumentado que as mesmas eram de responsabilidade do ministério e, como já conhecida, dificuldades financeiras. Sico, no entanto, mais desaconselhado agora, disse, depois de saber que a Câmara seria reembolsada em até a duzentos contos que foram na Escola Profissional apesar de na acta se fazer de subsídio.

O Presidente fez saber que, no Protocolo inicial, houve despesa de Câmara o terreno e o projecto, submetendo o terreno a quem foi em cedido pelo ministério, no Hospital do rei e, devido a urgência no relatório, o projecto vai ser adoptado pelo GAF de um outro já existente de autoria do Arquitecto Restrepo.

19/00/90

O deputado Brazão pediu a palavra para dizer que a sua intenção não é a de contestar a Escola Profissional Agrícola, mas tão só a de estabelecer um paralelo com a Escola CTS, para onde, apesar de serem ineditos as obras pedidas, não há tanta disponibilidade financeira.

O Sr. Presidente da Câmara lembrou que, na verdade as obras na Escola CTS não estão a cargo da Câmara, com a aprovação de a Escola de Alta ser das mais antigas e a necessidade de grandes reparos.

A Presidente da Mesa referiu que, tal como está a fazer em todo o país do nível do Poder Autárquico, é importante uma reflexão profunda sobre a sua competência e meios para a exercer. Pergunta-se, neste caso, o que é o Ensino Técnico, onde começa e onde termina. São graves os problemas na Antuquia devido a toda esta indefinição, devido ainda a' inatitudes de competências sem a necessária conferência.

A Dona Maria Vaz pediu a palavra e, como Directora de facto como Presidente do Conselho Directivo da Escola CTS de Alta, comentou por referir que não tem reclamações a fazer relativamente ao trabalho e a cooperação da Câmara. Neste caso o que se fez e faz como formalização o envio do ofício já referido à Câmara, e é a evidente degradação do equipamento recentemente adquirido pela Escola. Degradação que se levou a investir com o Equipamento na necessidade de evitá-la, não recebendo, até agora, qualquer resposta do mesmo. Em última instância e numa tentativa que, a' partida, se há difícil de concretizar, contactou a Câmara que, como é conhecido e lhe parece evidente, recusou fazer as obras em curso. Todos o resto, pequena obra, pequenos reparos, a Câmara tem feito - e muito tem sido.

O Deputado Brazão pediu a palavra incidindo que acha de todo este diferença de critérios faz com as duas Escolas já referidas, salientando que, se o fez, foi um ato pleno do seu direito como deputado e que lhe permitiu intervir

19/10/90

sempre que surgir.

A Presidente da Mesa deu de seguida início à discussão do Primeiro Ponto da Ordem de trabalhos: Apreciação e votação da proposta da Câmara sobre o "Projecto do Jardim do Alamo".

Pedi-lhe palavras o deputado Barros fez fazer algumas considerações, apesar de, como disse, estarem ausentes as pessoas que em princípio estavam indicadas para apresentação do projecto. Começou por referir que, sobre o projecto nada tem a dizer, havendo pequenos apontamentos que, entretanto lhe mereciam reparo. Começou por fazer notar que "Pérgula" é com U e não com O tal como vem no projecto. Pediu depois à Câmara que revisse a sua decisão sobre o trabalho do Largo Barroto Murta, que, tal como este, e na sua opinião, não evoluiu a Vila Pampulha, depois, qual a razão de terem sido retirados os bancos de Pedras e colocados bancos de madeira, pois, segundo disse, o jardim é barroto e no Barroto não há bancos de ripas de madeira.

No uso de palavras a Presidente da Mesa emitiu a opinião de que sobre este projecto a Assembleia não tem que votar a votar sendo considerado eventualmente e só, uma definição do mesmo, já que o mesmo foi votado e aprovado em Plano de actividades e Orçamento. Pois, entretanto, divide-se mais, mesmo assim, legitima a apreciação do mesmo. O deputado Barros, no uso de palavras, referiu que efectivamente estão aprovadas votadas em Plano e Orçamento, estando por levantar as únicas dúvidas da Presidente da Mesa. Na medida em que neste caso, costumes e de-za são enviados à população, pois a intenção de ser a Assembleia, como representante de uma população a emitir crítica e opiniões sobre o projecto, pois em Assembleia anterior foi iniciada a Câmara que nos fosse reenviados o projecto depois de feito pela Universidade de Évora. Ache, entretanto, que o mesmo não pode, estando por fazer-se "se o mesmo não é para aprovar antes pois que é?"

19/10/90

O deputado José Francisco pediu a palavra e começou por dizer que o envio deste eventual projecto para aprovação é um acto da Câmara. O seu envio poderia ser feito, sim, dado o interesse de ser por todo conhecido. No entanto não é este o local próprio para isso, pois a vê-lo em relação a este projecto, o mesmo tem que ser feito em relação a todos os outros para os quais a Assembleia aprova votando. Para isso tem que ser publicitada e incentivada a discussão pública aberta entre o povoamento e a população e nunca numa reunião secreta de Assembleia. Concluiu, pois, que se deve avançar neste ponto apenas com recomendação para discussão aberta ao Público.

A Presidente de Mesa na sequência da pergunta anterior e em conclusão informou que este ponto não pode ser aceite para votação.

O deputado Brazão no uso da palavra referiu que, segundo o que fez, o espírito da Câmara, enviando o projecto, em nenhum momento de a Assembleia se pronunciava, votando um parecer favorável ou desfavorável. No caso de não estar a interpretar bem, pediu à Câmara que o discutisse.

A doutora Figueira em relação à intervenção anterior e achou que a votação seria um absurdo e para tal favora suspender, pois seriam as consequências se se votasse contra o mesmo. Pediu a palavra a doutora Luísa da Luz, Chefe de Repartição, no âmbito de esclarecer que tinha ouvido, na verdade, um erro de sua parte, do envio para votação o projecto do Alamo, quando o mesmo deveria estar em discussão.

O deputado José Francisco, pediu a palavra para realçar que o erro deve ser imputado a todos os executivos e que este sessão até foi extraordinária com uma ordem de trabalhos que só tinha de ter sido anterior, dando ouvido muito tempo para se detectar o erro pelo qual agora quem se responsabiliza é uma pessoa. De sua opinião é que quando está a votar duas vezes a

19/10/50

mesma crise.

A Presidente de Mesa cede em relação a este ponto de ordem de trabalho, refreia a sua dificuldade em fornecer a intenção da Câmara, sustentando de seguida a Assembleia sobre que decisão tomar. Em sua opinião deve desenvolver-se ao presente sem qualquer parecer ou votação.

O deputado Brazão superior que se ficou num novo período de recomendação, não participou em votação, tem o propósito de se nomear uma futura comissão de acompanhamento.

O deputado João Aço pediu a palavra para referir que, em sua opinião, já se chegou à conclusão que se devia ficar pela aprovação pois é também evidente que ninguém tem nada contra o projecto.

O deputado Ceite pediu a palavra para fazer um pouco a história deste processo que, em sua opinião, entretanto de várias interrupções e contradições, sabendo-se, como é provado pela acta da Câmara, que alguns Plenos de homenagem e para de desenvolvimento do projecto já estão feitos ou em plena feitura. Todo este processo, portanto, é um conjunto de actos que culminam neste momento em que se vota um projecto já em plena fase de edificação e aprovado anteriormente pela Assembleia.

A Presidente de Mesa propôs que fosse retirado este Bando de Ordem de Trabalho, que após votação, foi aprovado por unanimidade.

Passou-se à discussão do ponto dois com a intervenção do deputado Ceite que começou por perguntar à Câmara o porque de se fazer deste projecto e da sua utilidade.

Por fim sobre o assunto uma reflexão colectiva em clima de diálogo afim de que se possa chegar à melhor solução.

O deputado João Aço pediu a palavra para dizer que na feitura de actual decisão se pensou de cima para baixo e não de baixo para cima, estando plenamente de acordo com a proposta de uma decisão descolante sem falta de gozo e no intuito de aproveitar o estaleiro,

19/10/90

pois sabe-se que a montagem do mesmo, qualquer que seja, não absorve mais de trinta por cento do custo total da obra.

O deputado Adalberto Soares pediu a palavra e começou por perguntar porque, em vez de fazer mais uma piscina em Alton, não se fez uma em Seda, Chaves e Cambios, pois sabe que todos têm os mesmos direitos e não sempre é fácil a deslocação dos jovens a Alton para usufruírem dos fazendas e benefícios que a mesma P.M. proporciona. Salientou ainda o facto de existir o Lago, com possibilidade de recreação.

O deputado José Francisco disse que o estabelecimento não pode justificar só por si uma obra desta, pois a sua criação e fase diminuiu custos e aproveitaram-se para cada estabelecimento para fazer o maior número possível de obras. Concordou com a ideia de que se sustentem avançar com um projecto deste tipo também temos que pensar nas despesas.

A Presidente da Mesa no ato de palavra, salientou que a piscina em construção, apesar de coberta, tem uma abertura para o exterior suficientemente ampla que permite uma utilização espaz quer no Inverno, quer no Verão.

O deputado Adalberto Soares pôs ainda a questão do aproveitamento total da piscina mesmo com as freixas a utilizá-la. Pediu a palavra o Presidente da Câmara para tentar responder quando disse a algumas questões postas e, simultaneamente, reflectir, como proposto sobre este projecto, que lhe parece, é proibido, através, conjugando infra-estruturas para todos os gostos com um reduzido dispêndio de dinheiro. Afirmando que a ideia partiu do executivo quando, numa visita de trabalho, e foi depois alimentada por vários exemplos que lhe chegaram de outros Concelhos como o de Vila Viçosa e Sabugal. Pense que se tivesse benefícios no aproveitamento em comum com a piscina

15/10/90

coberta, de canalizações e sistema de purificação de água e ainda quando do concurso, na apresentação do mesmo, pois a firma que fez já a piscina coberta já está construída um pouco mais reduzido. Está também no horizonte a possibilidade de integrar esta obra na O.E.D. Disse ainda que em reuniões com as juntas ficam sempre que não construídas, no prazo de dois anos, sempre de aprendizagem em todas as outras freguesias.

Pede a palavra o Engenheiro Venâncio, responsável técnico da Câmara, para abordar este assunto explicando que a estimativa orçamental de quinze mil contra feita por si, tem por base as vantagens da já existência do edifício e de todas as ligadas comuns que podem ser feitas entre as duas piscinas o que significaria, ainda com o hipótese de financiamento em setenta por cento pela O.E.D, ficou alta com quatro piscinas (a do Alamo deixaria de ter esse fundo) por um preço relativamente baixo. Disse ainda que, apesar, tal como foi dito, de existir na piscina coberta uma boa localização com o exterior (por a possível um dia alçado sem abrigo) este não satisfaz todas as pessoas que procuram mais o lazer e menos os benefícios da utilização na época estival.

Pede a palavra o deputado Costa para abordar o mesmo tema, começando por lembrar que esta Câmara vive um momento inédito de dificuldades financeiras, tendo este assembly, na aprovação do pedido de empréstimo de cem mil contra, recomendado à Câmara, atenção e cuidado na despesa. Lembrou ainda que são muitos os projectos considerados inadiáveis e que não são muito racionais de um momento para o outro dotar a sede do Conselho de quatro piscinas, quando durante muitos anos foi o projecto de apenas uma piscina, sucessivamente adiado. E ainda, disse, que se continue a fazer no impavido em vez de planejar com cuidado acredito ser difícil recusa a ideia de ter uma piscina ao sul do plantio, mas

19/10/90

a capacidade de endividamento da Câmara, que se esgotada, obriga-se a ser financiado nacional e depois subvencionado. Disse ainda que duvida que a obra seja integrada no OSD/NA, pois considera, de acordo com a profusa exposição feita pelo responsável da Câmara, que o concurso para a feitura da mesma está a par de viciado. Quer se quiser que não, poderá ser considerado mesmo correcto ou até ilegal, fazer um concurso público entre vários interessados sabendo-se que a partida existe em empréstimo em situação privilegiada para apresentar o mesmo orçamento, disse. Considera ainda que seria mais correcto, tal como foi dito neste Assembly, começar pela Saneamento a feitura das 1ª parvoias físicas, muito embora saiba ainda, segundo referiu, que o aparecimento no Plano e Orçamento para corrente e um desses mesmos físicos seria apenas para justificar o início da obra na Câmara para 1ª, na chance daqui por quatro ou cinco anos e em sede não se sabe quando, como um sendo hábito. Ele, segundo disse, aceita e incentiva a capacidade de tornar realidade os sonhos dos diferentes responsáveis, admitindo e admitindo o esforço que alguns Patrocinadores de Junta fazem para dar à sua população as melhores condições de vida possíveis. Não aceita, porém, a discriminação que está latente em toda a acção da Câmara, na a mínima preocupação pelo equilíbrio de direitos e benefícios entre as mesmas.

O deputado senhor Manuel Rodrigues, na qualidade de Presidente da Junta da Câmara, pediu a palavra para dizer que é há muito uma aspiração e um sonho seu, construir uma piscina na sua freguesia, onde o Verão é igualmente quente e onde é distinto para qualquer sítio representativo da região. Referiu ainda que, para a feitura da mesma 1ª tem de ser a, para o seu financiamento, a sua profusa. O senhor fez as propostas que não se fizesse na sede. O deputado João Aço pediu a palavra e concluiu que, de

19/10/90

A título de informação disse ainda que o pagamento do OJD está a atrasar, tendo a Câmara a receber cerca de dez mil contos.

O deputado João Azeiteiro disse que após a intervenção do senhor Presidente já ficou mais esclarecido.

Porto a votação foi aprovada a proposta da Câmara de Constituição de uma Comissão Decretal com nove votos a favor dos grupos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e sete abstenções dos deputados da Coligação Democrática Unitária.

Em declaração de voto a Coligação Democrática Unitária justificou a sua abstenção com quatro razões fundamentais: A má situação financeira, não é claro que o concurso não fique viciado e fraudado (é o próprio Câmara que o afirma no seu texto de apoio, dizendo sobre o concurso); Quanto ao prazo estar por toda a frequência não é mais correcto; apesar de tudo não lhe cabe inviabilizar um projecto como este, apesar de já criticada falta de planeamento e improvisação constante na actividade consorciada.

Terceiro lida uma minuta deste decreto foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se de seguida no terceiro ponto do Ordem de Trabalhos, pedindo a palavra o deputado António Teixeira suplicando que ao alterar-se o artigo que refere o rendimento por parte do Agrupado Familiar, por atribuição de Zonas de Estudo, se altere também o artigo que refere um máximo de dez mil euros mensais por cada bolsa, perguntando ainda que estado está por trás deste alteração.

O Presidente da Mesa perguntou ao deputado se ele queria formalizar este proposta tendo o mesmo respondido que não.

O Presidente da Câmara respondeu que não há nenhum estudo profundo, foi apenas uma actualização sem grande cálculo.

23/11/90

O deputado José Francisco disse ainda que todo este Repub-
licando está cheio de ilegalidades, pensando que o Grupo
CDU apresentará uma nova Proposta sobre Zonas de Estado.
Porque a votação foi a Proposta de alteração do Regulamento
de atribuição de Zonas de Estado no Artigo Segundo,
aprovada por unanimidade, passando o rendimento por
capita do espaço familiar a não poder ultrapassar o
duzentos e cinquenta mil anuais.

A Presidente da Mesa antes de encerrar a sessão, deu
a palavra a Roberto Cecilio, que relativamente ao
Alcance, achou por bem dar alguns esclarecimentos à
Assembleia. Começou por recordar que o projecto esteve
exposto durante um mês. Em relação ao banco de
pedras disse em óbvia que os mesmos estavam fora do
Alcance apenas por serem retilineares e rectangulares. Disse
sua intenção de responsabilizar pelo projecto aqueles a
quem é histórico e Bazarov e coisa sobre tudo o que
seja inconstitucional. Este neste caso o Município que
foi fundado apenas porque é feito de arpa e não de
pedras. Se fosse de pedras seria um crime fun-
dado, disse. Salientou em importante a coordenação de
espaço, o que está previsto no projecto, e que essa mesma
implementação será naturalmente favorecida, tendo já algu-
mas das fases sido iniciadas ou concluídas.

Nada mais havendo a tratar deu a Presidente da Mesa
por encerrada a sessão com uma hora e trinta minutos.

[Handwritten Signature]
José António de Sá
ACTA NÚMERO DEZ

As vinte e três dias do mês de Novembro de mil novecentos
e noventa, pela vinte e uma hora e quinze minutos, deu-se
início à quinta sessão extraordinária de Assembleia Mu-
nicipal de Alentejo do ano e seguinte ordem de trabalhos:
Nenhum um - Transportes Zonas